

O clima no G20 do Brasil¹

Maria Netto-Schneider²

Izabella Teixeira³

Ao colocar o lema “Construindo um mundo justo e um planeta sustentável” como tema de sua presidência, o Brasil assumirá oficialmente o papel de líder do G20 em dezembro de 2023. Essa nova responsabilidade do governo traz inúmeras oportunidades para o país alavancar sua influência global, alinhando a agenda do G20 e colaborando com outros Estados-membros para enfrentar os desafios climáticos prementes.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e o balanço global da Convenção de Mudança do Clima (UNFCCC) indicam que a ação coletiva para conter a crise climática necessita ser dramaticamente acelerada para garantir um futuro habitável na Terra. Esse tema é um dos balizadores das negociações na COP28, em Dubai. Há apenas uma estreita oportunidade para corrigir a situação, que demanda liderança e audácia política, além de escala nas soluções a serem adotadas e implementadas.

O custo econômico da inação e dos impactos climáticos já vêm sendo sentidos nos últimos anos de forma crescente - só em 2022, foram de mais de US\$ 445 bilhões, dos quais menos da metade foram assegurados, resultando em perdas econômicas de mais de US\$ 313 bilhões. Às perdas econômicas se somam perdas de vidas e de ganhos sociais e de desenvolvimento: o Banco Mundial estima que os choques climáticos podem levar de 800 mil a 3 milhões de brasileiros à pobreza extrema em 2030.

Por outro lado, estima-se que o custo da transição das economias para se tornarem neutras em carbono até 2030 seja de pelo menos US\$ 4,3 trilhões por ano, dos quais pelo menos US\$ 1 trilhão em economias emergentes (excluindo a China). Ao mesmo tempo, os países emergentes têm recebido menos de 27%

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-clima-no-g20-do-brasil.ghtml>

Acessado em 27.11.2023

² Diretora-executiva do Instituto Clima e Sociedade

³ Ex-ministra do Meio Ambiente (2010-2016) e cochair do Painel Internacional de Recursos Naturais da ONU Meio Ambiente (IRP/UNEP)

dos investimentos e fluxos financeiros necessários para enfrentar as mudanças climáticas.

Os países do G20 correspondem a, aproximadamente, 70% das emissões de gases de efeito estufa globais e a 80% do PIB global, e acordos feitos nesse fórum possuem potencial significativo para o alcance das metas previstas no Acordo de Paris. Concentrando-se inicialmente em questões macroeconômicas amplas, o G20 tornou-se o principal fórum de cooperação econômica internacional e, ao longo dos anos, ampliou sua agenda para incluir também discussões relacionadas a mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, energia e outros grandes temas envolvendo cooperação internacional.

Essa evolução fez com que hoje encontrássemos oportunidades para discutir a mudança do clima por meio de diversas agendas das duas “trilhas” do G20.

Na Trilha Sherpa, os Grupos de Trabalho sobre Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade, Transição Energética, Agricultura e Desastres oferecem espaços de avanço da agenda de Desenvolvimento Sustentável do G20, identificando como diversas iniciativas do grupo se alinham com os esforços para alcançar a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e os compromissos do Acordo de Paris sobre mudança do clima.

Na Trilha de Finanças, ocorrem as discussões que visam reverter os impactos do endividamento internacional, que também afetam os esforços financeiros globais para combater as mudanças climáticas e os riscos relacionados ao clima. Além de produzir uma base amplamente utilizada para relatórios de divulgação financeira relacionados ao clima, os grupos dessa trilha ainda lidam com recomendações relacionadas ao financiamento do desenvolvimento, gerenciamento de vulnerabilidades da dívida e promoção do mercado de títulos em moeda local. A reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento e a promoção de instrumentos inovadores, como os de dívida por natureza/clima, são medidas políticas significativas que devem ser implementadas para melhorar a capacidade dos países de baixo e médio rendimento em atrair financiamento climático internacional.

Como líder do G20, o Brasil tem a oportunidade de incentivar que os grupos de trabalho que tratam de aspectos distintos da mudança do clima possam atingir avanços tangíveis, políticas que promovam investimentos e iniciativas ambiciosas, além de reformas e novos modelos econômicos que resultem em inovações financeiras e tecnológicas necessárias para reverter os crescentes custos de impactos climáticos e desenvolver mecanismos de solidariedade com os mais vulneráveis. Isso pode significar um legado estratégico à presidência da COP30, em 2025, no Brasil.

Devido à sua vasta geografia, abundantes recursos naturais e capacidade institucional instalada, o Brasil tem uma vantagem comparativa única de ser protagonista e para propor e destravar soluções climáticas e econômicas que possam compensar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) a nível global. O

Brasil é um provedor de soluções. A priorização da agenda climática no G20 é imperativa para o Brasil, em particular com relação às oportunidades econômicas, de desenvolvimento e de redução de desigualdades.

Nesse contexto, se torna imperativo buscar melhor foco, coerência e coordenação entre distintos grupos de trabalho do G20 para: identificar ações e iniciativas positivas que possam ser alavancadas por todos os países do grupo, monitorar e assegurar progressos feitos pelos setores público e privado em relação aos compromissos relacionados aos investimentos de apoio à transição climática e priorizar uma trajetória econômica verde com impacto positivo em competitividade e redução de vulnerabilidades.

Reais avanços em compromissos para alavancar a economia verde devem também resultar em estrutura para expandir o financiamento sustentável em países em desenvolvimento e compromissos de cooperação internacional e solidariedade com os mais vulneráveis. Finalmente, os avanços do G20 no Brasil devem ter uma clara visão sobre como resultarão em impacto positivo e trajetória de implementação até 2025, durante a presidência do G20 da África do Sul e a COP30, no Brasil. O mundo em transição demanda por liderança pragmática, objetiva e ativa do país e de sua sociedade. Os próximos dois anos devem propiciar que o futuro esteja de volta à agenda política dos brasileiros e da sua democracia.